

DIAGNÓSTICO DE CONTAGEM

**VEJA AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES ECONÔMICAS,
SOCIAIS E FINANCEIRAS DE NOSSA CIDADE**

Este é mais um estudo atualizado sobre Contagem, em continuidade ao trabalho que realizei em parceria com a deputada Marília Campos. Trata-se de um esforço político de pesquisa para auxiliar na atuação da militância de esquerda e progressista de nossa cidade para que possa conhecer melhor as demandas da população e as alternativas para solucioná-las. Não tratamos neste estudo de todos os aspectos sociais, econômicos e financeiros da Cidade, mas sim daquelas questões que consideramos prioritárias e que têm estatísticas já consolidadas. Como parte da história de nossa cidade, registramos também o legado de realizações da ex-prefeita Marília Campos e apontamos os enormes desafios econômicos e sociais nos próximos anos para superar e ou minimizar a crise da pandemia do coronavírus e da crise econômica, que irá atingir de forma intensa também a nossa cidade. Esta é a 4ª edição do estudo para Contagem. Uma boa leitura!

ÍNDICE

1-DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: INDICADORES ECONÔMICOS E EMPREGOS	4
2 – INDICADORES SOCIAIS DE CONTAGEM EM DIVERSAS ÁREAS	7
3-A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE CONTAGEM ..	15
4-A CIDADE É UMA CONSTRUÇÃO DO POVO E DE MUITOS GOVERNOS; MARÍLIA DEIXOU UM GRANDE LEGADO EM CONTAGEM	27
5- CONTAGEM VAI ENFRENTAR MUITAS DIFICULDADES E SERÁ PRECISO A ADOÇÃO DE UM GOVERNO DE RECONSTRUÇÃO DA CIDADE	31

1-DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: INDICADORES ECONÔMICOS E EMPREGOS

1-1-PIB DE CONTAGEM É DE R\$ 28,988 BILHÕES. O Produto Interno Bruto – PIB de Contagem (total de riquezas produzidas no município) foi R\$ 28,988 bilhões em 2017, que foi o último resultado divulgado pelo IBGE. Isto porque os dados municipais são divulgados com dois anos de atraso.(...) Os maiores municípios mineiros em PIB são os seguintes: 1) Belo Horizonte (R\$ 88,951 bilhões); Uberlândia (R\$ 34,201 bilhões); Contagem (R\$ 28,988 bilhões); e Betim (R\$ 23,088 bilhões).(…) Contagem no ranking nacional do PIB municipal ocupa 26ª colocação, a frente de capitais como Natal, Maceió, Vitória, João Pessoa, Florianópolis, Teresina, Aracaju.(…) A economia de Contagem cresceu, em 15 anos, ligeiramente acima das economia mineira e brasileira, tomando-se como referência o PIB nominal. Entre 2002 e 2017, o PIB de Contagem passou de R\$ 6,266 bilhões para R\$ 28,988 bilhões, uma variação nominal de 363%; no mesmo período o PIB mineiro passou de R\$ 127,782 bilhões para R\$ 576,199 bilhões, uma variação nominal de 351% e a economia brasileira passou de R\$ 1,489 trilhão para R\$ 6,553 trilhões, uma variação nominal de 340%. (...) Contagem tem 17.380 empresas atuantes no município, que empregam 185.894 trabalhadores assalariados.

Contagem teve ótimo desempenho econômico no governo Marília Campos. Os avanços econômicos no governo Marília Campos foram evidentes: a) em 2004, Contagem representava 4,79% da economia mineira e, em 2012, subiu a participação para 5,10% no PIB mineiro; b) nossa cidade no ranking dos municípios mineiros passou da quarta para a terceira colocação, ficando atrás apenas de Belo Horizonte e Uberlândia; c) e, no ranking nacional, Contagem, no governo Marília Campos, subiu sete posições passando da 32ª para a 25ª colocação nacional. Portanto, os diagnósticos que apontam uma perda do dinamismo econômico no governo Marília Campos não correspondem aos fatos, é fake news, como também não era verdade que Betim teria se tornado uma potência econômica, que, como vimos, tem um PIB R\$ 6 bilhões inferior ao de Contagem. (...) Como a economia brasileira entrou em forte desaceleração (2014), forte recessão (2015 e 2016) e estagnação (2017), isso afetou negativamente a economia de Contagem, que teve a sua produção fortemente impactada e passou a fechar centenas de vagas de trabalho, reduzindo sensivelmente o mercado de trabalho formal em nossa cidade. A participação de Contagem na economia mineira se manteve praticamente estável, passando de 5,10%, em 2012, para 5,03%, em 2017; e, no ranking nacional, nossa cidade recuou para a 26ª no ranking dos municípios brasileiros.

1-2-CONTAGEM TEM 187.383 TRABALHADORES FORMAIS DE CARTEIRA ASSINADA.

Os dados da RAIS, de dezembro de 2018, indicam que Contagem tinha naquele ano

187.383 trabalhadores(as) assalariados formais no município, sendo 119.059 do sexo masculino (64% do total) e 68.324 do sexo feminino (36% do total). Os setores que mais empregam são os de comércio e o de serviços, com, respectivamente, 63.850 e 59.071 vagas; a seguir vem a indústria com 44.528 vagas; a administração pública com 13.351 servidores; e a construção civil com 5.594 postos de trabalho. A remuneração média dos trabalhadores e trabalhadoras de Contagem é de R\$ 2.528,85, sendo que os homens recebem, em média, R\$ 2.752,51, o que representa 22% a mais do que recebem, em média, as mulheres: R\$ 2.144,60. O melhor salário médio, dentre os grandes setores da economia, é praticado no setor público (R\$ 4.546,52), seguido da indústria (R\$ 3.107,24), construção civil (R\$ 2.281,71); serviços (R\$ 2.196,14), e comércio (2.032,86).

Contagem gerou 72.289 empregos no governo Marília Campos. Contagem teve uma geração de empregos, no atual governo, nos últimos três anos (2017 a 2019) de 6.246 empregos, uma média anual de +2.082 empregos. Este número é bem melhor do que o desempenho de 2013 a 2016, marcados pela recessão / estagnação da economia, com fechamento de 21.172 vagas (média anual de -5.293 empregos). Mas os resultados atuais da geração de empregos em Contagem comparados com o período de 2005 a 2012, da administração Marília Campos, são muito modestos e representam apenas pouco mais de 20% dos empregos gerados naquele período. Com Marília, Contagem gerou 72.289 empregos, uma média anual espetacular de 9.036 empregos, resultado comentado pela petista na revista de balanço de seus mandatos: “Esses dados nós recebemos com muita satisfação, mas sem provincianismo. As políticas da Administração Municipal - investimentos em infraestrutura, revitalização dos centros comerciais, melhor organização da cidade, etc -, repercutem positivamente na economia local. Mas o prefeito(a) não pode tudo, em particular na economia. O desenvolvimento econômico é fruto de um esforço conjunto dos três níveis de governo – município, estado e governo federal -, da decisão dos empresários em ampliarem os seus investimentos e do trabalho dos milhares de trabalhadores”.

Contagem disparou na geração de empregos nos governos de esquerda, com CLT e tudo que tínhamos direitos, e desabou nos governos ultraliberais, com a “milagrosa” reforma trabalhista. O que impressiona é a diferença na geração de empregos em Contagem nos governos de esquerda no Brasil (2003 a 2015) e nos governos ultraliberais (2016 a 2019), sobretudo nos setores do comércio e de serviços. Veja o exemplo do comércio: nos governos de esquerda Contagem gerou 32.015 empregos, uma média anual de 2.462 empregos; nos governos ultraliberais, a geração de empregos no comércio local foi negativa de -1.200 empregos, uma média anual de -300 empregos. Veja o exemplo do setor de serviços: com Lula e Dilma Contagem gerou 17.442 empregos, uma média anual de 1.340 empregos; nos governos Temer e Bolsonaro no setor de serviços foram apenas 991 empregos, uma média anual de 248 empregos. Na indústria e na construção civil, os números são menos expressivos, mas, mesmo assim, as diferenças são enormes. Na indústria foram 11.456 empregos (média de 881 por ano), nos governos de esquerda, contra

uma geração negativa de -2.697 empregos, nos governos ultraliberais (média de -674 empregos por ano). Na construção civil a geração de empregos foi de 5.576, média anual de 429 empregos, nos governos de esquerda; nos governos ultraliberais foi negativa de -1.379, média anual de -345 empregos.

Quadro síntese da economia e empregos de Contagem

Indicadores econômicos

*O PIB de Contagem (total das riquezas produzidas no município) é de R\$ 28,988 bilhões (dados de 2017).

*Ranking do PIB nos municípios mineiros: 1) Belo Horizonte (R\$ 88,951 bilhões); Uberlândia (R\$ 34,201 bilhões); Contagem (R\$ 28,988 bilhões); e Betim (R\$ 23,088 bilhões).

*Contagem no ranking nacional ocupa 26ª colocação, a frente de capitais como Natal, Maceió, Vitória, João Pessoa, Florianópolis, Teresina, Aracaju.

*Contagem tem 17.380 empresas atuantes no município, que empregam 185.894 trabalhadores assalariados.

Emprego e renda

*Contagem tem 187.383 trabalhadores(as) assalariados formais, sendo 119.059 do sexo masculino (64% do total) e 68.324 do sexo feminino (36% do total).

*A remuneração média dos trabalhadores(as) de Contagem é de R\$ 2.528,85, sendo que os homens recebem, em média, R\$ 2.752,51, o que representa 22% a mais do que recebem, em média, as mulheres: R\$ 2.144,60.

*Os setores que mais empregam são os de comércio (63.850 empregos), serviços (59.071 empregos); a seguir vem a indústria com 44.528 vagas, a administração pública com 13.351 servidores; e a construção civil com 5.594 postos de trabalho.

*O melhor salário médio, dentre os grandes setores da economia, é praticado no setor público (R\$ 4.546,52), seguido da indústria (R\$ 3.107,24), construção civil (R\$ 2.281,71), serviços (R\$ 2.196,14), e comércio (2.032,86)

2 – INDICADORES SOCIAIS DE CONTAGEM EM DIVERSAS ÁREAS

2-1-CONTAGEM TEM POPULAÇÃO ESTIMADA EM 663.855 PESSOAS. Veja a seguir algumas informações sobre a população de Contagem: a) população estimada da cidade em 2019: 663.855 pessoas; b) população, por sexos, Censo de 2010: 292.798 homens e 310.644 mulheres; c) população alfabetizada, Censo 2010: 538.566 pessoas; d) religiões no município no Censo 2010: 337.237 pessoas católicas, 14.069 pessoas espíritas, e 190.707 pessoas evangélicas; e) Gentílico: contagense.

2-2-A ESTRUTURA E OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO. A Rede Municipal de Educação de Contagem é uma das maiores do estado de Minas Gerais, apresentando a gestão pela Secretaria de Educação de Contagem (SEDUC) e com estruturas como Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI), Rede Conveniada de Educação Infantil, Escolas de Ensino Fundamental e Anexos que ofertam o Ensino Fundamental regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e a Fundação de Ensino de Contagem (FUNEC) que oferta Ensino Médio nas modalidades Regular e Técnico de nível médio.(...) A Rede Municipal tem a seguinte estrutura: a) 1 prédio onde funciona a SEDUC e FUNEC; b) 69 Escolas de Ensino Fundamental; c) 36 UMEI'S; d) 3 FUNEC; e) 3 Espaços Alternativos. Informações complementares: a) 24 da Rede Conveniada de Educação Infantil; b) 26 Escolas de Ensino Fundamental com atendimento de Educação Infantil; c) 26 Escolas de Ensino Fundamental com atendimento a EJA; d) 7 Escolas de Ensino Fundamental compartilhadas com a FUNEC.(...) Número de servidores da Educação: são 5.180 na Seduc, sendo 3.858 efetivos e 1.322 contratados; são 600 terceirizados nas atividades meios; e são 401 servidores na FUNEC, sendo 310 efetivos e 91 contratados.

Rede municipal tem: a) 40.598 estudantes no ensino fundamental, sendo que em 2010 eram 50.465; b) 13.436 na educação infantil. Os dados da

educação em Contagem indicam: a) na pré-escola são 10.424 matrículas na rede municipal e outras 3.012 matrículas na Rede Conveniada; c) no ensino fundamental são 40.598 estudantes, 24.205 nos anos iniciais e 16.393 nos anos finais; sendo que o Estado tem uma boa presença nos anos finais com 10.044 estudantes e 5.795 nos anos iniciais; d) Já o Estado é o responsável por 15.310 matrículas no ensino médio e na prefeitura na Funec são 3.572 estudantes; e) no EJA, o município responde por 3.657 matrículas no ensino fundamental; já o Estado, inversamente, tem presença forte no EJA do ensino médio com 2.399 estudantes e 93 no ensino fundamental. (...) O que impressiona no ensino fundamental é a redução do número de alunos na Rede de Contagem dos 50.465, em 2010, para os atuais 40.598 atualmente.

IDEB: Contagem abaixo das metas do Ministério da Educação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Ministério da Educação

em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Contagem está ligeiramente abaixo das metas projetadas pelo Ministério da Educação, conforme os últimos dados divulgados para 2017. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a pontuação é de 6.1 ligeiramente abaixo da meta de 6.2. Nos anos finais do ensino fundamental, a cidade pontuou no Ideb 4.6, abaixo dos 5.2 da meta fixada pelo Ministério da Educação. No ensino médio, os resultados de Contagem são também modestos, com IDEB de 4.6.

Gastos com educação em Contagem. A revista Multicidades, da Frente Nacional de Prefeitos, que divulga os dados sobre os municípios, explica os gastos com educação: “O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que todos os municípios são obrigados a aplicar, no mínimo, 25% de toda sua receita bruta proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento da educação. A Lei 9.394/1996 (LDB) estabelece e detalha as ações típicas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, tais como as relacionadas à aquisição, à manutenção e ao funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino; ao uso e à manutenção de bens e serviços; à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação; à aquisição de material didático; ao transporte escolar, entre outros”.

Os gastos com educação em Contagem, em 2019, foram da ordem de R\$ 306,111 milhões, e, considerando os impostos e transferências que fazem parte da base de cálculo do mínimo para a educação, os gastos foram de 25,41%. Já os gastos da FUNEC, que não fazem parte dos 25% da educação, foram de R\$ 24,5 milhões.(...) Segundo os últimos dados disponíveis da revista MultiCidades, em 2018, o gasto por aluno foi da ordem de R\$ 6.568,98 por ano e, no ranking nacional dos gastos em educação, Contagem ocupa a 43ª posição.

2-3-DIAGNÓSTICOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CONTAGEM. O Sistema de Saúde de Contagem é composto: a) Complexo Hospitalar, com 414 leitos, composto pelo Hospital Municipal (251 leitos) e Maternidade Municipal (163 leitos), que encontra-se com serviços terceirizados; conta-se com mais 240 leitos nos Hospitais conveniados, que são o Santa Helena, Santa Rita e São José; b) Unidades de Pronto Atendimento – UPAS, sendo cinco no total: Vargem das Flores, UPA JK, Petrolândia, Ressaca, Sede, todas também terceirizadas; c) Atenção Básica, que envolve 125 equipes de Saúde

da Família, prestada em 76 equipamentos de Saúde: UBS Tradicional (1); UBS com 1 Equipe (33); UBS com 2 Equipes (24); UBS com 3 Equipes (17); UBS com 4 Equipes (1); d) existem outros equipamentos no SUS Contagem: Farmácias Distritais; Centro de Zoonoses; Centros de Atenção Psicossocial – CAPS; Centros de Consultas Especializadas; Laboratórios conveniados.

União reduziu de 52,4% para 43,9% a participação no custeio da saúde; municípios estão sobrecarregados e chegam a gastar o dobro do previsto legalmente.

A participação da União no financiamento do SUS se reduziu de 52,4% para 43,9% de 2002 a 2018, ainda que neste período os gastos tenham incorporado expressivos ganhos reais acima da inflação. Mas os gastos com o SUS subiram muito acima dos repasses da União, o que fez com que muitos municípios chegam a gastar até 30% da receita corrente. Informa a revista Multicidades, da Frente Nacional de Prefeitos: “O financiamento público do Sistema Único de Saúde (SUS) é garantia constitucional e depende de parte dos recursos do Orçamento da Seguridade Social (OSS) e das receitas provenientes dos tesouros dos entes federados. Assim, o desenho institucional do SUS pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre as três esferas de governo – União, estados e municípios – na gestão e financiamento das ações e serviços de saúde. No entanto, é necessário reconhecer que, desde a institucionalização da política nacional de saúde brasileira, o orçamento dos entes subnacionais, sobretudo o municipal, vem sendo pressionado pelos gastos em ações e serviços públicos em saúde (ASPS). Isso resulta do fato de não ter sido possível estabelecer um percentual mínimo das receitas de impostos da União vinculados ao custeio em saúde, pelo menos até a promulgação da Emenda Constitucional nº 86 (EC 86) em 2015, que só então definiu como obrigação do governo federal a aplicação do piso de 15% da sua receita corrente líquida. Em contrapartida, estados e municípios precisam destinar, no mínimo, 12% e 15% da sua receita própria, respectivamente, desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 29 (EC 29) em 2000. (...) A medida permitiu à União restringir os gastos com a função segundo os ditames das políticas macroeconômicas, fazendo com que sua participação no financiamento total do SUS diminuísse ao longo do tempo. De 2002 a 2018, por exemplo, essa presença baixou de 52,4% para 43,9%, enquanto a parcela sob a responsabilidade dos municípios subiu de 25,5% para 31,2% e a dos estados, de 22,1% para 24,9%, conforme dados do Siops. A restrição permanente das despesas em saúde por parte do governo federal tem sobrecarregado os municípios, que comprometem sua receita própria bem acima do percentual mínimo de 15% exigido por lei. Ainda que se note uma queda da participação dos desembolsos com saúde na receita própria das prefeituras em 2018, a série histórica permite afirmar a existência de uma tendência de ampliação dos esforços municipais no financiamento do SUS. Se as cidades brasileiras optassem por limitar os gastos em saúde ao mínimo estipulado constitucionalmente, o SUS deixaria de dispor de R\$ 29,22 bilhões, apenas em 2018. Vale ressaltar que esse valor é superior ao total da quota-parte municipal no IPVA, de R\$ 21,45 bilhões. Se considerados os últimos cinco anos, R\$ 152,77 bilhões teriam

sido suprimidos do financiamento da política de saúde nacional.(...) A promulgação em 2016 da Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto dos Gastos, tornou sem efeito a recém-editada EC 86/2015, instituiu o Novo Regime Fiscal e limitou a despesa primária da União. Dessa forma, é possível prever o aumento da restrição orçamentária que constrange o gasto da esfera federal. Tal fato tenderá a pressionar ainda mais os orçamentos municipais, aprofundando a necessidade de as cidades destinarem maiores recursos da sua receita própria para ações e serviços públicos de saúde (ASPS). Junta-se ao constrangimento dos empenhos da União o grande nível de desemprego do mercado de trabalho brasileiro, cuja taxa média foi de 12,7%, em 2017, e de 12,3%, em 2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de subutilização da força de trabalho chegou a 25% no primeiro trimestre de 2019, a mais elevada desde 2012. De acordo com o IBGE, esse indicador representa 28,3 milhões de pessoas desocupadas ou subocupadas com menos de 40 horas semanais e os que estão disponíveis para trabalhar, mas não conseguem procurar emprego por motivos diversos. O elevado nível de desocupação profissional tende a se refletir no crescimento da demanda por serviços na saúde pública, considerando tanto os novos usuários decorrentes da perda dos planos de saúde como a piora da qualidade de vida das pessoas. Em relação aos planos de saúde, informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) permitem observar uma queda expressiva no número de beneficiários de saúde suplementar a partir de 2015, mesmo levando-se em conta que, em 2018, esse segmento tenha crescido ligeiramente. Ao considerar os 49,3 milhões de consumidores de planos de saúde suplementar, em 2014, e os 46,4 milhões, em 2018, infere-se que o SUS passou a acolher em seus serviços assistenciais grande parte dos 2,9 milhões de pessoas que anteriormente utilizavam o sistema privado. Quanto à piora das condições de vida de parcela da população brasileira devido ao desemprego decorrente da crise econômica, esta tende a impactar sobretudo as principais portas de entrada do SUS, ou seja, as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), já bastante afetadas pela desestruturação do Programa Mais Médicos” (Revista Multicidades, março 2020).

Contagem gastou, em 2019, R\$ 344,157 milhões com o SUS, o que equivale a 28,65% da receita. Segundo dados da Prefeitura de Contagem, no ano de 2019, nossa Cidade gastou com o SUS R\$ 344,157 milhões com saúde, o que significou R\$ 28,65% da receita, quase o dobro do limite previsto legalmente. (...) Segundo os últimos dados disponíveis da revista MultiCidades, em 2018, foram os seguintes os gastos e percentuais investidos em saúde em Contagem: a) os gastos totais, atualizados pelo IPCA, foram de R\$ 501,184 milhões; d) dos gastos totais, R\$ 272,524 milhões foram com recursos próprios do município (54,4% do total) e outros R\$ 228,660 milhões (45,6%%) foram de receitas do SUS, sobretudo do governo federal; e) a participação da saúde na receita da prefeitura foi de 28,7%; f) o gasto per capita foi de R\$ 760,44; g) no ranking nacional, Contagem ocupa a 39ª posição nos gastos com saúde.(...) Uma curiosidade: a Prefeitura de Belo Horizonte, que sempre reclama

do fato de supostamente assumir as despesas com saúde de outros municípios, na verdade gasta com saúde 24,6% da receita, bem menos que Contagem (28,7%), Betim (39,3%), Ribeirão das Neves (30,3%). No ano de 2019, Belo Horizonte gastou R\$ 3,333 bilhões com o SUS, sendo R\$ 2,089 bilhões de receitas de transferência, sobretudo federais, e R\$ 1,244 bilhão de recursos da Prefeitura.

2-4-NA SEGURANÇA PÚBLICA, A CRIMINALIDADE VIOLENTA ESTÁ SE REDUZINDO DE FORMA EXPRESSIVA.

Os dados divulgados pelo Governo de Minas Gerais indicam uma redução da criminalidade violenta nos últimos anos em Contagem depois de um período de aumentos sucessivos. São considerados crimes violentos: Estupro consumado, Estupro de vulnerável consumado, Estupro de vulnerável tentado, Estupro tentado, Extorsão mediante sequestro consumado, Homicídio consumado, Homicídio tentado, Roubo consumado, Sequestro e cárcere privado consumado.(...) Veja a seguir a evolução dos crimes violentos em nossa cidade. Contagem registrou, em 2004, 10.155 crimes violentos. Nos anos seguintes, até 2010, os crimes violentos caíram pela metade para 5.121, mas em 2011 e 2012, a violência voltou a aumentar em nossa Cidade e os crimes atingiram 7.697. Ainda assim, de 2004 a 2012, os crimes violentos recuaram -24% e, o crime mais grave, os homicídios consumados recuaram -21%.(...) Em quatro anos mais recentes, os crimes voltaram a aumentar forte novamente e passaram de 7.697, em 2012, para 14.389, em 2016, um crescimento de 87%. Quando desagregamos os crimes violentos fica claro que oito tipos recuaram e o que cresceu mesmo os roubos consumados, que passaram de 6.828, em 2012, para 13.741, em 2016. O homicídio consumado, forma mais grave do crime violento, passou de 255 para 243 no período, uma redução mas pouco representativa.

Contagem registrou 6.940 crimes violentos em 2019. Nos últimos três anos, de 2017 a 2019, os crimes violentos tiveram uma expressiva redução em Contagem. Os crimes violentos recuaram, no período, de 14.389 para 6.940, uma redução percentual de 52%. O tipo de crime violento mais dramático, os homicídios consumados, recuaram de 243 para 112, uma redução de 54%. Mas o recuo foi liderado pelos roubos consumados que passaram de 13.741, em 2016, para 6.227, uma redução percentual de 55%. Claro que o município teve participação na política de segurança, mas o grande responsável pela segurança pública é o governo do Estado.

2-5- PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTAGEM TEM 96.958 APOSENTADOS E PENSIONISTAS E PESSOAS COM BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS.

Os dados mostram que a Previdência Social é disparado o maior programa social brasileiro e também em Contagem. No ano de 2019, existiam no município 96.958 aposentados e pensionistas e pessoas com benefícios assistenciais. São os seguintes os benefícios recebidos em Contagem: 58.842 aposentadorias, sendo 17.699 por idade, 15.732 por invalidez e 25.411 por tempo de contribuição; 22.945 pensões por morte; 4.928

auxílios; 9.959 benefícios assistenciais. No ano de 2019, foram pagos R\$ 1,745 bilhão aos beneficiários do INSS de Contagem.(...) Não temos dados mais recentes da transferência de renda (receitas menos despesas) para Contagem. Os valores arrecadados e os valores pagos dos benefícios, indicam que em Contagem a Previdência Social realiza uma significativa transferência de renda para o município. Em 2017, último ano com dados disponíveis do INSS, foram arrecadados R\$ 690,439 milhões e gastos com benefícios R\$ 1,592 bilhão. Portanto, o valor transferido da Previdência para Contagem (despesas menos receitas) é de R\$ 902 milhões.

2-6- BOLSA FAMÍLIA ATENDE A 20.262 FAMÍLIAS. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou em Contagem, no mês de março de 2020, 20.262 famílias, representando uma cobertura de 77,8% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 180,49 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 3,657 milhões no mês. Isso significa que as famílias pobres de Contagem recebem, por ano, R\$ 43,884 milhões.

As condicionalidades da educação e da saúde em Contagem. Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2019, atingiu o percentual de 99,6%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 16.043 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 16.115. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 99,0%, resultando em 3.063 jovens acompanhados de um total de 3.093.(...) Já o acompanhamento da saúde das pessoas (crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos), na vigência de junho de 2019, atingiu 94,7%, percentual equivale a 45.480 pessoas de um total de 48.032 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

O Cadastro Único tem 56.817 inscritos em Contagem. O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais. Em Contagem, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2019 era de 56.817 dentre as quais: 23.445 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00; 6.440 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 12.689 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; 14.243 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Mais informações sobre o Cadastro Único: a) as pessoas das famílias cadastradas somam 144.194; b) são 47.211 famílias com cadastros atualizados; c) o Cadastro Único está sendo fundamental para que milhares de pessoas recebam o Auxílio Emergencial do governo federal.

2-7- CONTAGEM OCUPA A 48ª POSIÇÃO NO SANEAMENTO NO RANKING DAS 100 MAIORES CIDADES BRASILEIRAS.

Divulgamos informações de duas publicações sobre saneamento básico: do SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento e ONG Trata Brasil. Nos dados divulgados pelo SNIS, a situação da saneamento básico em Contagem é a seguinte: a) água: 184.049 ligações, o que representa cobertura de 87,95%; este número está esquisito porque até 2014 Contagem tinha cobertura universal no atendimento de água; b) esgoto: 173.441 ligações, o que alcança 537.866 pessoas, representando 72,71% das necessidades da cidade. Os dados da ONG Trata Brasil são os seguintes: a) atendimento de água equivalente a 87,95%, sendo 25.627 para a universalização do atendimento; b) atendimento de esgoto de 81,61%; c) 72,71% dos esgotos são tratados em Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs; d) Contagem ocupa a 48ª posição no ranking de saneamento dos 100 maiores municípios brasileiros.

2-8- IDHM DE CONTAGEM É DE 0,756. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O índice tem as seguintes faixas de classificação: muito alto, de 0,800 a 1,000; alto, de 0,700 a 0,799; médio, de 0,600 a 0,699; baixo, de 0,500 a 0,599; muito baixo, de 0 a 0,499.(...) Contagem evoluiu positivamente nas últimas décadas: o IDHM era de 0,512, em 1991 (baixo desenvolvimento humano); subiu para 0,651 em 2000 (médio desenvolvimento humano) e avançou para 0,756 em 2010 (alto desenvolvimento humano). A cidade ocupa a 31ª colocação no IDHM do estado de Minas Gerais.

2-9- ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. O IFDM, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, é um estudo anual do Sistema Firjan que acompanha o desenvolvimento de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. De leitura simples, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. São os seguintes os índices do IFDM: alto desenvolvimento (superiores a 0.8 pontos); desenvolvimento moderado (entre 0.6 e 0.8 pontos); desenvolvimento regular (0.4 a 0.6 pontos) e baixo desenvolvimento (inferiores a 0.4 pontos).

Contagem, em 2005, tinha IFDM de 0.7421 (desenvolvimento moderado) e saltou em 2012 para 0.8343 (alto desenvolvimento), com avanços expressivos na saúde, educação e emprego e renda. Nos quatro anos seguintes, de 2013 a 2016, com a situação de Contagem piorou e fechou com IFDM de 0.7621, com um recuo mais acentuado no emprego e renda, e Contagem recuou para desenvolvimento moderado. Contagem ocupa no IFDM a 87ª colocação em Minas Gerais.

Quadro síntese dos indicadores sociais de Contagem**Indicadores de educação**

- *Contagem tem 69 escolas de ensino fundamental; 36 UMEI e 26 escolas de ensino fundamental com atendimento de educação infantil; 3 FUNEC em prédios próprios e compartilhamento de 7 prédios com ensino fundamental;
- *São 40.598 estudantes no ensino fundamental (em 2010, eram 50.465) e 13.436 crianças na educação infantil (rede própria e conveniada).
- *Contagem tem desempenho no IDEB abaixo das metas do Ministério da Educação: nos anos iniciais do ensino fundamental o resultado é 6.1 contra 6.2 das metas do MEC; e nos anos finais o IDEB é de 4.6, abaixo dos 5.2 do MEC.
- *Os gastos com educação de Contagem são de R\$ 306,111 milhões, o que significa 25,41% da receita.

A situação da saúde

- *Contagem tem complexo hospitalar com 414 leitos, sendo 251 no Hospital Municipal e 163 leitos na Maternidade Municipal, sendo que toda esta rede está terceirizada; além de mais convênios com mais três hospitais privados.
- *Unidades de Pronto Atendimento – UPAS, sendo cinco no total: Vargem das Flores, UPA JK, Petrolândia, Ressaca, Sede, todas também terceirizadas.
- *Atenção Básica, que envolve 125 equipes de Saúde da Família, prestada em 76 equipamentos de Saúde: UBS Tradicional (1); UBS com 1 Equipe (33); UBS com 2 Equipes (24); UBS com 3 Equipes (17); UBS com 4 Equipes (1).
- *Contagem investe R\$ 344,157 milhões em saúde, o que significa 28,65% da receita.

Outros indicadores sociais

- *Contagem tem uma população estimada, estimada em 2019, é de 663.855 pessoas.
- *A cidade registrou 6.940 crimes violentos em 2019, uma redução expressiva de 52% nos últimos três anos.
- *A Previdência Social tem 96.958 aposentados e pensionistas no nosso município.
- *O Programa Bolsa Família garante renda para 20.262 famílias; o Cadastro único, uma das bases de dados do auxílio emergencial, tem 56.817 famílias, sendo 47.211 com cadastros atualizados.
- *Contagem ocupa a posição 48ª no ranking nacional de saneamento básico dentre as maiores cidades brasileiras.
- *O IDHM de Contagem é de 0,756, alto desenvolvimento humano.
- *Contagem tem nota 0.7621 no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM, o que significa “desenvolvimento moderado”.

3-A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE CONTAGEM

3-1-ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF); CONTAGEM TEM “BOA GESTÃO FISCAL”.

Um dos indicadores da administração e das finanças municipais é o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que é divulgado anualmente. A FIRJAN é a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. O IFGF tem uma leitura dos resultados bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município e quanto mais próximo de zero pior é a gestão no ano em observação. O IFGF é composto por cinco indicadores – Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. Os conceitos são os seguintes: conceito A – Gestão de Excelência (superiores a 0.8 pontos); conceito B – Boa Gestão Fiscal (entre 0.6 e 0.8 pontos); conceito C – Gestão em Dificuldade (entre 0.4 e 0.6 pontos); conceito D – Gestão Crítica (inferiores a 0.4 pontos).

IFGF mudou metodologia a partir de 2013. Informa a Firjan: “A metodologia do IFGF passou por uma atualização e agora o estudo é composto por quatro indicadores – Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos. Toda a série histórica foi atualizada de acordo com as novas métricas. O índice permite tanto a comparação relativa quanto absoluta, isto é, não se restringe a uma fotografia anual, podendo ser comparado ao longo dos anos. Dessa forma, é possível especificar, com precisão, se uma melhoria relativa de posição em um ranking se deve a fatores específicos de um determinado município ou à piora relativa dos demais”. O que significa os diversos componentes do IFGF: a) Autonomia: Novo indicador que analisa a relação entre as receitas oriundas da atividade econômica do município e os custos para financiar sua existência; b) Gastos com pessoal: Mostra quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal em relação ao total da Receita Corrente Líquida; c) Liquidez: Verifica a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os recursos em caixa disponíveis para cobri-los no ano seguinte; d) Investimentos: Mede a parcela da receita total dos municípios destinada aos investimentos, aqueles que geram bem-estar à população e melhoram o ambiente de negócios.

Com Marília, Contagem ganhou o selo de “Boa Gestão Fiscal”. Contagem, no governo Marília Campos, teve um importante ajuste fiscal: em 2005, a cidade tinha IFGF de apenas 0.3549 (Gestão Fiscal Crítica) e fechou 2012 com pontuação de 0.6322, quando a cidade ganhou o selo de “Boa Gestão Fiscal”. Setorialmente, os componentes Receita Própria (0.7226), Liquidez (0.6852) Gastos de Pessoal (0.6054) e Investimentos (0.6043) eram conceitos B, de “Boa Gestão Fiscal”; e Custo da Dívida (0.4331) era conceito C, de “Gestão em Dificuldade”. (...) No governo Carlin Moura, mesmo com todas as dificuldades, Contagem, com pontuação de 0.7115, em 2016, manteve a “Boa Gestão Fiscal”, já com base nos novos indicadores do IFGF. Setorialmente, os componentes: a) Autonomia: 1.0000 é conceito A, de “gestão de excelên-

cia”; b) Gastos de pessoal: 0.6509 é conceito B, de “Boa Gestão Fiscal”; c) Investimentos: 0.6501 é conceito B, de “Boa Gestão Fiscal”; d) Liquidez: 0.5449 é conceito C, de “gestão em dificuldade”. O principal avanço na gestão fiscal do período foi em relação à dívida, que, renegociada com o governo Dilma, no final de 2014, implicou na redução de quase R\$ 200 milhões para Contagem.

Contagem, em 2018, tem IFGF de 0.6263, de “Boa Gestão Fiscal”. Contagem no ano de 2018, último resultado publicado, tem IFGF de 0.6263, conceito B, de “Boa Gestão Fiscal”. Setorialmente o grande destaque continua sendo a autonomia do município que obteve pontuação de 1.0000, de “gestão de excelência”; mas os outros três indicadores indicam problemas: Gastos de Pessoal (0.5713), Investimentos (0.4638) e Liquidez (0.4700) são conceitos C, de “Gestão em Dificuldade”. Contagem no ranking do IFGF ocupa a 87ª posição no ranking de Minas Gerais e o 1.177ª no ranking nacional.

3-2-A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DE CONTAGEM FOI, EM 2019, DE R\$ 1,738

BILHÃO. Uma das âncoras do ajuste fiscal de Contagem foi o espetacular crescimento da receita corrente líquida (RCL) na década de ouro da economia brasileira e também de Contagem, de 2004 a 2012. No período analisado, a RCL subiu 161%, passando de R\$ 393,144 milhões, em 2004, para R\$ 1,024 bilhão, em 2012. O crescimento foi muito acima da inflação do período, que no acumulado foi de 50,17%, o que garantiu à Prefeitura um aumento real da RCL, acima da inflação, de expressivos 74% em apenas oito anos. No período, a receita subiu 12,83% em média ao ano, mais que o dobro da inflação média do período de 5,22%. (...) No período de 2013 a 2016 tivemos uma forte desaceleração das receitas municipais, que recuaram em muito o crescimento anual, em função da recessão econômica. A RCL de R\$ 1,024 bilhão, em 2012, atingiu R\$ 1,330 bilhão, em 2016, um crescimento modesto de 30%, abaixo da inflação do período de 32,57%. O crescimento médio anual da receita foi de apenas 6,72% contra uma inflação média anual de 7,32%.

Receita líquida cresceu recentemente alavancada pelo IPTU residencial.

Mais recentemente, a receita corrente líquida da Prefeitura passou de R\$ 1,330 bilhão, em 2016, para R\$ 1,738 bilhão, em 2019, um crescimento de 31%, contra uma inflação de 11,40% no período, um crescimento real, acima da inflação, de 17,60%. No período, a arrecadação de IPTU foi de R\$ 94,6 milhões, em 2016; R\$ 145,6 milhões, em 2017; R\$ 193,9 milhões, em 2018; e de R\$ 252,4 milhões, em 2019, um crescimento, portanto, de 165%. (...) Não dá ainda para avaliar o patamar mais estratégico da receita corrente líquida do município, com o novo IPTU residencial, porque nos últimos anos aconteceram diversos eventos atípicos – atrasos de repasses do Estado (no caso da Prefeitura foram R\$ 124 milhões, sendo R\$ 43 milhões de ICMS, R\$ 15 milhões de IPVA, e R\$ 66 milhões de FUNDEB); vitórias judiciais da Prefeitura contra o Estado em ações de determinados impostos e contribuições; pagamentos ou não dos atrasados frutos do não repasse; e, agora, o violento impacto que a

pandemia do coronavírus sobre a arrecadação municipal.

O acordo para o pagamento dos impostos retidos pelo Estado. A receita de Contagem deverá ter um reforço também do pagamento pelo Estado dos repasses em atraso. Informa o TJMG: “O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através de seu Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) de 2º grau, fez a intermediação de um acordo inédito entre o Estado de Minas Gerais e a Associação Mineira de Municípios (AMM), no dia 4 de abril. Ficou acertado que o Governo mineiro irá regularizar os repasses do ICMS, do IPVA e do Fundeb, em atraso desde 30 de janeiro de 2019.(...) O acordo determina que o estado pague, a partir de janeiro de 2020, em três parcelas mensais, os valores em atraso devidos aos municípios associados à AMM em janeiro de 2019. As três parcelas mensais são de aproximadamente R\$ 1 bilhão.(...) A partir de abril de 2020, o estado se compromete a pagar, em 30 parcelas mensais, os valores devidos referentes a 2017 e 2018. Caso haja fluxo de caixa, poderá haver antecipação de pagamentos. Tais valores chegam a R\$ 6 bilhões. O estado também vai quitar, em dez parcelas mensais, receita em atraso a título de transporte escolar”.

3-3-MARÍLIA CAMPOS RECUPEROU A RECEITA PRÓPRIA DA PREFEITURA. Os adversários de Marília Campos costumam afirmar que a petista surfou na boa maré da economia mineira e brasileira para arrumar as contas da Prefeitura e fazer uma boa gestão na cidade. Não é bem assim. Uma das maiores marcas da ex-prefeita Marília Campos foi ter tido a coragem de reorganizar as finanças municipais, tendo como ênfase a receita própria do município. Marília nunca fez demagogia nesta questão. Vejam os números da revista de balanço dos dois mandatos da ex-prefeita Marília Campos: a) de 2005 a 2012, a receita municipal global passou de R\$ R\$ 393 milhões para R\$ 1,024 bilhão, um avanço de 161%, contra uma inflação no período de 50%, um ganho real acima da inflação de expressivos 74%; b) em 2004, as receitas próprias representavam 28% da receita da Prefeitura e as receitas de transferências 72%; em 2012, as receitas próprias subiram para 37% e as receitas de transferência recuaram para 63%, ou seja, Contagem ficou menos dependente das transferências constitucionais; c) a expansão das receitas foi muito maior nas receitas próprias do município – ISSQN, IPTU, ITBI, DÍVIDA ATIVA -, que passou de R\$ 76 milhões para R\$ 280 milhões, um avanço de 268%, com crescimento real de 145%; d) os diversos impostos da receita própria tiveram o seguinte avanço no governo Marília Campos: a) ITBI (683%); IRRF (463%); Dívida Ativa (303%); IPTU (308%); ISSQN (172%).

No IPTU, mesmo sem a cobrança do imposto residencial de forma mais ampla, Contagem passou da 86ª para a 44ª no ranking nacional. Vejamos o caso do IPTU. A arrecadação do IPTU no governo Marília Campos passou de R\$ 13,253 milhões para R\$ 54,088 milhões, um aumento de 308%, contra uma inflação de 50%. Isso aconteceu com três medidas: a atualização do reajuste pela inflação; a atualização da planta de valores de empresas e lotes vagos; e pela cobrança de IPTU

residencial nos terrenos acima de 720 metros quadrados. Dados da revista MultiCidades, da Frente Nacional dos Prefeitos, mostra os seguintes números: a) Contagem passou no ranking nacional do IPTU, da 86ª posição, em 2004, para a 44ª posição, em 2012, um avanço de 42 posições; b) Contagem ocupava a 5ª posição entre as cidades mineiras na arrecadação de IPTU, em 2004; no final do governo Marília Campos, em 2012, a cidade era a 3ª colocada no ranking estadual, atrás apenas de Belo Horizonte e Juiz de Fora. Estes dados comprovam que a ex-prefeita Marília Campos nunca fez “populismo fiscal”. Um de seus principais méritos foi ter tirado a receita própria da cidade da inexpressividade e tornado os impostos municipais na principal âncora da reestruturação financeira da cidade, que outros governos que a sucederam foram e serão amplamente beneficiados.

3-4-VAF DE CONTAGEM, BASE PARA O CÁLCULO DO ICMS: VALOR CAIU PELA METADE EM RELAÇÃO AO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990; SEM RECEITA PRÓPRIA CONSOLIDADA A CIDADE QUEBRA.

O Valor Adicionado Fiscal – VAF, responde por 75% da cota-parte do ICMS repassada pelo Estado aos municípios. O VAF individual referente ao ano base de Contagem atingiu o seu maior percentual em 1990 (8,84) e 1993 (9,17) e, nos anos seguintes, vem tendo uma redução muito forte, fechando, em 2004, em apenas 4,86. Com o bom desempenho da economia de Contagem, o VAF se estabilizou acima de 5,0 e fechou 2012 com 5,10. Nos últimos anos, o VAF de Contagem voltou a recuar novamente, atingindo 4,62, em 2016, subiu ligeiramente em 2017 para 4,82, e recuou em 2018 para 4,50.(...) Para se evitar que as oscilações econômicas atinjam muito as finanças municipais, a lei prevê que o VAF seja calculado com base na média dos dois anos anteriores. O VAF médio para 2012 (média de 2009 e 2010) foi de 5,24%; para 2019 (média de 2016 e 2017) foi de 4,72; para 2020, o VAF médio é de 4,66. Portanto, é bastante problemática a situação do ICMS para Contagem já que este imposto vem perdendo representatividade no conjunto da carga tributária, com o enfraquecimento da indústria, e nossa cidade vem perdendo espaço na divisão da arrecadação estadual.

Com a queda do VAF, sem IPTU residencial, com a implantação das conquistas da Constituição de 1998, como o SUS, e com baixo crescimento da economia, Contagem quebrou. Como vimos, o VAF de Contagem no início da década de 1990 era praticamente o dobro do atual; com isso a receita de ICMS era gigantesca e possibilitou que o PSDB, o partido da “responsabilidade fiscal” acabasse com o IPTU residencial em Contagem. Tivemos uma “tempestade perfeita” em termos financeiros: o VAF caiu de forma radical para menos da metade do que tínhamos na década de 1990 (uma perda de arrecadação em termos atuais de aproximadamente R\$ 400 milhões por ano); sem o IPTU e com pequena arrecadação própria de outros tributos e contribuições, a receita própria não compensou, nem de longe, as perdas com a receita de transferência; Contagem, assim como outros municípios, assumiu grandes despesas com a implantação dos direitos da Constituição

de 1988, como o SUS; e num quadro de pequeno crescimento econômico, a Cidade praticamente quebrou na década de 1990. Nossa cidade chegou a ser uma das mais endividadas do Brasil, com índice de 125% da receita corrente; os gastos de pessoal foram comprimidos e os salários ficaram muito baixos; os investimentos foram mínimos e faltou recursos para serviços municipais básicos. É uma experiência que não devemos nem podemos repetir, com a isenção ampla do IPTU residencial; trata-se de corrigir distorções deste imposto e cobrar um IPTU mais justo para preservar as finanças municipais e os serviços básicos à população.

3-5-DÍVIDA CONSOLIDADA DA PREFEITURA, EM 2019, É DE R\$ 526,740 MILHÕES, OU 30% DA RECEITA CORRENTE; A DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (REFERÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL) É DE APENAS 202,777 MILHÕES (11,66% DA RECEITA). Como parte da arrumação das finanças de Contagem, Marília Campos, no período de 2005 a 2012, reduziu a dívida de 125,5% para 46,5% da receita. Este é um dos principais indicadores da melhoria das finanças de Contagem, que se devem às seguintes medidas: a) a Prefeitura pagou valores elevados de juros e encargos; b) contratos foram reestruturados e reduzidos; c) a receita corrente líquida do município teve aumento expressivo de 161% de 2004 a 2012; d) houve moderação em se contrair novas dívidas; e) houve redução expressiva, no governo Lula e Dilma, do IGP-DI que indexava parte expressiva da dívida da Prefeitura. Em oito anos do Governo Marília Campos a dívida municipal recuou em termos nominais, o que pouco comum em tratando de dívida pública no Brasil. Seu valor era de R\$ 493,489 milhões, em 2004, e recuou para R\$ 476,850 milhões, em 2012, já considerando as novas dívidas contraídas pelo governo petista. Este enorme avanço pode ser expresso também da seguinte maneira: em 2004, a dívida consolidada equivalia a 15,06 meses de arrecadação da Prefeitura; em 2012 recuou para 5,58 meses de arrecadação. Foi este ajuste fiscal realizado por Marília Campos, que possibilitou que a cidade tivesse uma ampla capacidade de endividamento nos anos seguintes e pudesse manter um bom nível de investimentos com empréstimos.

Renegociação da dívida no governo Dilma, reduziu em quase R\$ 200 milhões a dívida de Contagem. A dívida consolidada da Prefeitura fechou 2016 com valor de R\$ 609,270 milhões, o que representava 45,83% da receita corrente líquida. Este valor é um pouco superior em termos nominais ao de 2012 (R\$ 476,860 milhões, ou 46,5% da receita corrente) por três razões: a) foi lançada a dívida com precatórios, que antes era tratada separadamente; b) já foi lançada parte dos empréstimos da Prefeitura para as obras de mobilidade; c) a receita corrente líquida teve um crescimento muito baixo. O valor da dívida municipal (exceto precatórios) teve uma redução porque Contagem foi favorecida, no final de 2014, pela Lei Complementar 148, de 25/11/2014. Trata-se da mudança de indexadores da dívida fundada, que no caso de nossa cidade era IGP-DI + 9% ao ano para um indexador mais favorável: IPCA + 4% ao ano ou taxa Selic, o que for menor, que foi aplicado

de forma retroativa à data de assinatura do contrato do município com o governo federal. Por este critério, a dívida fundada de Contagem com o Banco do Brasil caiu de R\$ 226,626 milhões para apenas R\$ 33,082 milhões, o que significa um desconto de R\$ 194 milhões.

Contagem consegue redução de mais de R\$ 126 milhões da dívida com INSS. No final de 2019, a dívida fundada de Contagem fechou em R\$ 526,740 milhões, o que equivalia a 30% da receita corrente líquida. A composição da dívida era a seguinte: precatórios (R\$ 205,036 milhões); Tesouro Nacional (R\$28,492 milhões); INSS (R\$ 9,525 milhões); IPSEMG (R\$ 101,738 milhões); Outros credores (R\$ 181,947 milhões). Em relação a 2016, houve uma redução expressiva da dívida com o INSS de R\$ 140,224 milhões para R\$ 9,525 milhões, que, segundo informações que obtivemos, se deve ao último REFIS do governo federal. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a referência é a dívida consolidada líquida (dívida consolidada de R\$ 526,740 milhões menos haveres financeiros de R\$ 323,962 milhões), que era, em 2019, de R\$ 202,777 milhões, ou apenas 11,66% da receita corrente líquida. Prevê ainda a Lei de Responsabilidade Fiscal que a margem de endividamento de Contagem é de 120% da receita corrente líquida (R\$ 2,084 milhões), ou seja, como a dívida consolidada líquida é de R\$ 202,777 milhões, Contagem tem margem de endividamento ainda de R\$ 1,882 bilhão).(…) Contagem tem capacidade de endividamento, mas precisa analisar a capacidade de pagamento para honrar compromissos como os previstos na Lei Fiscal, considerando, inclusive, que parte dos empréstimos serão realizados em dólares. Por isso é preocupante o enorme valor dos empréstimos que estão sendo aprovados em Contagem, que totalizam R\$ 600 milhões, que podem mais que duplicar a dívida municipal.

Para efeito de comparação, a dívida de Minas é de 200% da receita líquida. Para que se tenha uma ideia da boa situação fiscal de Contagem, basta dizer que a dívida consolidada do Estado de Minas Gerais, que está em uma situação caótica do ponto de vista financeiro, representa 203,64% da receita corrente líquida; já a dívida consolidada líquida é um pouco menor de 191,50% da receita estadual. Portanto, o processo de desendividamento que começou no governo Marília Campos, deixou Contagem em uma situação confortável do ponto de vista fiscal, o que possibilita, sem comprometer as finanças futuramente, o aumento de investimentos através de empréstimos, desde que levem em conta a capacidade de pagamento da Prefeitura.

3-6-DESPESAS DE PESSOAL DA PREFEITURA, EM 2019, FORAM DE R\$ 766,931 MILHÕES, OU 44,13% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA. Marília Campos adotou uma política de valorização dos servidores que está expressa nos seguintes números: entre 2004 e 2012, os gastos de pessoal da Prefeitura passaram de R\$ 196,640 milhões para R\$ 493,638 milhões, uma evolução de 151%, contra uma inflação no mesmo período (IPCA) de 50%. Esse reajuste significou o repasse quase integral do

crescimento da receita corrente, que foi no período de 160%. O comprometimento das despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida passou, no período de oito anos do Governo Marília Campos, de 50,02% para 48,19%. Dentre as principais medidas implementadas por Marília estão: concessão durante os oito anos da inflação para servidores ativos e aposentados; implantação do vale alimentação para jornada de oito horas; implantação do PCCV; aumentos salariais acima da inflação para diversos segmentos de servidores. Vale destacar a adoção em Contagem de um dos melhores pisos salariais de Minas: em 2004, os professores PEB 1 habilitados (1ª a 4ª séries) ganhavam R\$ 609,00 e passaram a receber R\$ 1.902,01 em 2012, um reajuste nominal de 212% e real, acima da inflação, de 110%. Já os professores PEB II (5ª a 8ª séries) recebiam, há oito anos, R\$ 704,00 e passaram para R\$ 1.902,01, um reajuste nominal de 170% e real de 80%. Vale ressaltar também que em Contagem no Governo Marília Campos os professores da educação infantil (alunos de 4 e 5 anos) são equiparados aos demais professores da educação e recebem R\$ 1.902,01 de vencimento base. No período de 2013 a 2016, a Prefeitura fez uma forte contenção das despesas de pessoal para ajustar ao baixo crescimento da receita, que foi de apenas 30% no período. A despesa de pessoal passou de R\$ 493,638 milhões para R\$ 633,775 milhões (47,67% da receita), uma evolução de 28%, abaixo da inflação do período de 32,67%. Esta redução se deu principalmente com a não correção do salário do funcionalismo em 2015 e 2016.

Despesas de pessoal foram, em 2019, de R\$ 766,931 milhões, o que significou 44,13% da receita líquida do município. Nos anos de 2017 e 2018, as despesas de pessoal continuaram bastante pressionadas no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estas despesas foram de R\$ 660,096 milhões, em 2017, e de R\$ 742,849 milhões, em 2018 (49,01% da receita corrente líquida). Nos dois anos, as despesas de pessoal subiram 17,2%, bem acima da inflação dos dois anos, que foi de 6,80%. Segundo informações que obtivemos, o crescimento da Folha naquele ano se deveu a um ajuste contábil das despesas com aposentados com a inclusão de R\$ 43 milhões com recursos do Tesouro. Já em 2019, as despesas de pessoal atingiram R\$ 766,931 milhões, ou 44,13% da receita líquida, uma evolução em relação ao ano anterior de 3,24%, abaixo da inflação de 4,48%. (...) Uma demanda existente na Prefeitura é quanto à reposição das perdas salariais. São os seguintes os índices do INPC (maio – últimos 12 meses) dos anos sem reajuste linear: 2015 (8,34%), 2016 (10,64%), 2018 (1,69%), 2019 (5,07%).

3-7-A PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CONTAGEM, COM EXIGÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO, JÁ ENFRENTA UMA SITUAÇÃO DE ENORME DESFINANCIAMENTO. Uma situação gravíssima é da previdência dos servidores municipais de Contagem. Por exigência federal, o município de Contagem implantou, no governo Marília Campos, um Fundo Previdenciário capitalizado (regime dos servidores admitidos a partir de 1º de março de 2009). Por que haverá um enorme desfinanciamento? O Fundo Financeiro foi colo-

cado em extinção e por ele se aposentam todos os que ingressaram até fevereiro / 2009, mas todas as receitas dos novos servidores admitidos a partir de março / 2009 vão para o Fundo Previdenciário de capitalização. Todos os recursos direcionados a este Fundo capitalizado deixam de quitar os pagamentos imediatos de aposentados e pensionistas e só serão utilizados daqui a 30 ou 40 anos. A capitalização significa, assim, o tamanho do esforço fiscal adicional que o Município está realizando para fazer a transição de modelos previdenciários. A capitalização da previdência pública pressiona demais as despesas de pessoal, reduz a capacidade remuneratória do município, mas é exigida pelo governo federal e é apoiada pela maioria das entidades sindicais.

Veja os dados de contribuintes e aposentados na previdência municipal nos primeiros anos da capitalização (2008 a 2014). No final de 2008, véspera da adoção do novo modelo de previdência, existiam no Fundo Financeiro 10.368 servidores ativos contribuintes e 1.807 aposentados e pensionistas; no ano de 2014, o número de servidores ativos recuou para 7.090 e o de aposentados e pensionistas subiu para 3.376.(...) Já no Fundo Previdenciário de capitalização, no ano de 2014, já eram 3.838 contribuintes e, apenas, 10 aposentados e pensionistas.

Em 2016, a previdência municipal passou por modificações na separação de massas, deixando de ser por ano de ingresso dos servidores e passou a considerar a idade deles. No ano de 2016, o governo municipal conseguiu uma renegociação com o governo federal e fez uma reorganização da previdência municipal, baseada numa separação de massas não pela data de ingresso do servidor, mas tendo como referência a idade de tais servidores. Veja as principais mudanças previstas na Lei Complementar 206/2016: a) as idades para ativos, aposentados e pensionistas para participação nos fundos financeiro e previdenciário podem ser vistas na tabela abaixo; b) O Município de Contagem assume o compromisso de integralizar o valor de R\$463.847.000,00 (quatrocentos e sessenta e três milhões e oitocentos e quarenta e sete mil reais), a serem destinados ao Fundo Previdenciário, e realizará sua quitação:

I - em 360 (trezentas e sessenta) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) cada, a partir do primeiro mês subsequente à vigência desta Lei Complementar, corrigidos anualmente pela variação do índice de inflação definido na Política de Investimentos do PREVICON e; II - transmissão da propriedade dos imóveis constantes do Anexo I desta Lei Complementar pelo valor de R\$67.847.000,00 (sessenta e sete milhões e oitocentos e quarenta e sete mil reais).

Distribuição dos servidores nos fundos financeiro e previdenciário

Servidores e dependentes	Fundo Financeiro	Fundo previdenciário
Servidores ativos	Servidores ativos em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, 36 anos completos ou mais e aos seus respectivos dependentes	Servidores ativos em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, idade inferior a 36 anos completos e aos seus respectivos dependentes e os titulares de cargo de provimento efetivo que ingressarem no serviço público do Município de Contagem a partir de 1º de janeiro de 2016.
Aposentados	Servidores aposentados em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, 56 anos completos ou mais e aos seus respectivos dependentes.	Servidores aposentados em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, idade inferior a 56 anos completos ou menos e aos seus respectivos dependentes.
Pensionistas	Pensionistas em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, 62 anos completos ou mais.	Pensionistas em 31 de dezembro de 2015 que possuíam, naquela data, idade inferior a 62 anos.

Veja os números de servidores distribuídos nos fundos financeiro e previdenciário.

O Fundo Financeiro tem os seguintes números: a) 6.954 servidores ativos; b) 3.537 aposentados; c) 208 pensionistas; d) o passivo atuarial do Fundo Financeiro, caso seja mantido o atual modelo de previdência, é de R\$ 10,2 bilhões, o que equivale a 20 vezes a dívida fundada do município, ou seja, trata-se de um modelo de previdência completamente inviável do ponto de vista financeiro. Já o Fundo Previdenciário de capitalização tem os seguintes números: a) 2.082 servidores ativos; b) 582 aposentados e 135 pensionistas; c) os recursos do Fundo são da ordem de R\$ 222 milhões.

3-8-CONTAGEM MANTÉM UM BOM NÍVEL DE INVESTIMENTOS NOS ÚLTIMOS ANOS.

Fruto da melhoria das finanças da cidade nos últimos 15 anos, da redução da dívida

e consequente recuperação da capacidade de endividamento da cidade, Contagem manteve um bom nível de investimentos. Um grande ciclo de investimentos aconteceu no período de 2005 a 2012, no governo Marília Campos, quando Contagem realizou obras no valor total, atualizados pelo IPCA, de R\$ 1,280 bilhão, uma média anual de R\$ 160 milhões (nestes valores estão os investimentos executados diretamente pela Prefeitura, os investimentos articuladores pela administração municipal e cuja execução foi entregue ao Estado, como no caso da grande obra viária/moradia e urbana da Tereza Cristina de mais de R\$ 200 milhões, bem como um grande número de obras públicas executadas diretamente pela iniciativa privada em programa de impacto urbano e responsabilidade social). E vale lembrar que a administração da ex-prefeita Marília Campos deixou investimentos em andamento ou acertados com o governo federal da ordem de R\$ 600 milhões, de tal forma que os governos que a sucederam tem como plano de obras basicamente o que a petista deixou em seu legado. Isto inclui inclusive as obras atuais de mobilidade urbana; obras de drenagem e habitação do Ferrugem, dentre outras. Praticamente todos os grandes investimentos realizados nos anos seguintes são originários do PAC 1, de 2007, do PAC 2, de 2010, e do PAC mobilidade urbana das cidades médias, de 2012.

Contagem tem se destacado nacionalmente como um dos municípios com maior nível de investimentos. No período mais recente, de 2013 a 2016, os investimentos se mantiveram em um bom nível e totalizaram, em valores corrigidos pelo IPCA para 2017, segundo dados da revista MultiCidades, a quantia total de R\$ 504,939 milhões, uma média anual de R\$ 127 milhões. Nos anos de 2017 e 2018, os investimentos foram, em média, de R\$ 120 milhões.

3-9-CONTAGEM NO RANKING NACIONAL DAS RECEITAS E DESPESAS; NÚMEROS MOSTRAM OS AVANÇOS NA GESTÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. A revista Multicidades, da Frente Nacional dos Prefeitos, publica nos últimos 20 anos a situação fiscal dos maiores municípios brasileiros. Os dados indicam a evolução e Contagem na gestão das finanças públicas neste período. Em relação às receitas vale destacar: a) a cidade se situa em torno da 40ª maior receita dos municípios brasileiros; b) a receita de ICMS vem perdendo representatividade, como vimos neste estudo, com a redução do VAF, mas tudo indica que se trata de uma questão nacional, já que a cidade é a 28ª que mais arrecada este imposto estadual (os dados de 2018 refletem os repasses não realizados); b) o IPVA tem se mantido estável com Contagem na 25ª colocação nacional e o FPM é menos representativo porque seus critérios não favorecem nossa cidade; d) a tabela mostra claramente que Contagem ficou menos dependente das transferências constitucionais, passando no caso do IPTU da 86ª colocação, em 2004, para 25ª colocação, em 2018; o ITBI também avançou bastante; e no ISS Contagem ocupa tão somente a 51ª colocação. (...) Em relação às despesas vale destacar: a) as despesas de pessoal foram arrojadas nos últimos anos e Contagem passou no ranking da 33ª posição, em 2012, para 40ª, em 2018; b) Já nas despesas

de custeio, ao contrário, aconteceu uma expansão, passando Contagem da posição 54^a, em 2012, para 44^a, em 2018; c) já nos investimentos, Contagem, com as finanças mais arrumadas, deu um salto importante, passando da 59^a colocação, em 2004, para 22^a posição, em 2017, e recuou um pouco para 35^a posição, em 2018; d) os gastos com a dívida municipal desabaram da 10^a posição, em 2004, para a 68^a posição, em 2018; e) já nos gastos com saúde, educação, e Câmaras Municipais, como existe percentuais mínimos a serem respeitados, Contagem tem mantido uma posição mais ou menos homogênea nos últimos anos.

Contagem no ranking nacional de receitas

Ranking receitas	2004	2012	2017	2018
Receita total	41	39	40	42
Receita corrente	-	40	41	40
ICMS municipal	26	28	28	33
IPVA	-	26	29	25
FPM	78	66	60	61
ISS	45	57	51	51
IPTU	86	44	31	25
ITBI	42	28	27	28
TAXAS	53	45	42	45

Contagem no ranking nacional da despesas

Ranking despesas	2004	2012	2017	2018
Pessoal	36	33	41	40
Custeio	47	54	46	44
Investimentos	59	36	22	35
Gastos com dívida	10	15	44	68
Câmaras Municipais	38	33	34	33
Educação	-	40	39	43
Saúde	-	38	41	39

Quadro síntese dos indicadores fiscais de Contagem

*Contagem, no Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF, pontua 0.6263, de “Boa Gestão Fiscal”.

*A receita corrente líquida do município (receitas próprias e de transferência) é de R\$ 1,738 bilhão.

*O VAF de Contagem, base de arrecadação do ICMS, é de 4,50, uma redução forte em relação a 1993, quando era de 9,17.

*A dívida consolidada Prefeitura é de R\$ 526,740 milhões, ou 30% da receita líquida; já a dívida líquida (base da Lei Fiscal) é de 202,777 milhões, o que significa 11,66% da receita.

*As despesas de pessoal da Prefeitura são de R\$ 766,931 milhões ao ano, o que dá 44,13% da receita líquida.

*Contagem mantém um bom nível de investimentos da ordem de R\$ 120 milhões por ano.

4-A CIDADE É UMA CONSTRUÇÃO DO POVO E DE MUITOS GOVERNOS; MARÍLIA DEIXOU UM GRANDE LEGADO EM CONTAGEM

4-1-MARÍLIA HUMANIZOU A CIDADE DESENVOLVIMENTISTA. Marília Campos tem uma ampla experiência como gestora municipal. Governou Contagem por oito anos, de 2005 a 2012, e deixou a Prefeitura com enorme aprovação popular, de 72% da população. Ela realizou um governo que resgatou a autoestima dos contagenses e humanizou a cidade; realizou um governo universalista e republicano; um governo moderno, democrático e comprometido com a justiça social; um governo desenvolvimentista e competente do ponto de vista administrativo / financeiro. Apresentamos a seguir 13 razões que explicam o apoio popular a Marília, com as principais realizações nas áreas de moradia; educação; saúde; saneamento básico; lazer, cultura e esportes; pavimentação de ruas e avenidas; mobilidade urbana; economia e empregos; defesa social; direitos humanos; participação popular; servidores municipais; administração e finanças da Prefeitura.

4-2- AS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DE MARÍLIA CAMPOS EM TREZE ÁREAS:

A) EDUCAÇÃO. Na educação, Marília criou as escolas infantis – os Cemei (inaugurou 14 e deixou 7 em obras); inaugurou 6 novas escolas de ensino fundamental; valorizou os professores com um dos melhores salários do Estado; implantou o PCCV com manutenção dos quinquênios; conquistou junto a Lula um Cefet para Contagem; reformou muitas escolas; a Cidade cumpriu as metas do IDEB; foi garantido o transporte do Sem Limite para crianças com mobilidade reduzida.

B) SAÚDE. Na saúde, foram inauguradas oito novas UBS maiores e com mais capacidade de atendimento e outras seis foram deixadas em obras; outras 16 UBS foram reformadas e ou transferidas para prédios mais confortáveis e amplos; foram construídas duas novas UPAS (Vargem das Flores e UPA JK), duas foram reformadas (Petrolândia e Ressaca) e uma foi reformada e reaberta (Sede); no atendimento hospitalar, Marília deixou a maternidade com obras avançadas e ampliou de forma importante o Hospital Municipal; foi criado o Centro de Zoonoses; foram implantadas seis novas farmácias distritais; e foi realizado convênio com um Centro Terapia Renal.

C) HABITAÇÃO E DIGNIDADE. Marília implementou um dos maiores programas habitacionais da história de Contagem, principalmente como parte do saneamento integrado, com reassentamento das famílias das beiradas dos córregos em apartamentos. Entregou 2.062 apartamentos; 630 foram deixados com obras em andamento; 1.600 famílias optaram, ao invés dos apartamentos, por indenizações para

comprarem suas residências; foram deixados projetos e recursos em alguns casos para mais 1.300 moradias; foi criado o Programa Bolsa Moradia.

D) SANEAMENTO BÁSICO. Em uma grande parceria da Prefeitura e dos governos estadual e federal, Contagem implementou um dos maiores programas de saneamento básico da história: foram inauguradas 16 grandes obras de saneamento integrado (saneamento, pavimentação e moradias) e outras 14 grandes obras foram deixadas em andamento; as ligações domiciliares de esgoto passaram de 100 mil para 152 mil residências; com as obras de interceptores de esgoto, avançou muito o tratamento de esgoto; e, com o saneamento, dezenas de ruas e avenidas foram pavimentadas.

E) LAZER, CULTURA E ESPORTES. Marília investiu muito em lazer, cultura e esportes também em todas as regiões: construiu, reconstruiu e reformou 130 praças, dentre as quais as principais de cada região e bairros e duas delas se transformaram em pontos turísticos: Praça da Glória, no Eldorado, e Tancredo Neves, na Sede, com suas paisagens e cascatas maravilhosas; construiu ou reformou nove parques ecológicos; construiu ou reformou 23 pistas de caminhada; implantou 43 Academias de Ginástica ao Ar Livre; construiu ou reformou três ginásios poliesportivos; e implantou dezenas de quadras nas escolas e nos bairros; colocou Contagem no circuito nacional dos esportes com a ampla reforma do Poliesportivo do que passou a ser a casa do Sada Cruzeiro; as praças foram ocupadas com uma variada atividade cultural, com artistas de Contagem, de Minas e do Brasil, e criou o 'Luzes de Natal', a mais importante festa popular de Contagem.

F) PAVIMENTAÇÃO DE AVENIDAS E RUAS DE BAIROS DA PERIFERIA. Foram 329 ruas pavimentadas, sobretudo nas regiões Nova Contagem e Nacional, 63 ruas e avenidas tiveram recapeamento asfáltico, e 17 avenidas foram asfaltadas nas obras de saneamento básico.

G) MOBILIDADE URBANA. Foram realizadas grandes obras de mobilidade urbana, a exemplo da conclusão da Avenida Tereza Cristina em Contagem, Tunel Morada Nova/Água Branca, terceira faixa da avenida João César de Oliveira, ampliação do complexo viário Água Branca, alça de acesso avenida Castelo Branco, novas passarelas, etc; Marília deixou ainda já conquistado o PAC Mobilidade – cidades médias.

H) ECONOMIA E EMPREGOS. Contagem teve crescimento econômico acima das médias estadual e nacional; a cidade passou da 32ª para 24ª colocação dentre as economias municipais brasileiras; foram criados 70.882 novos empregos de carteira assinada de 2005 a 2012; Contagem recebeu no governo Marília Campos o último grande investimento privado na cidade, o Shopping Contagem.

I)DEFESA SOCIAL. Marília criou a Guarda Municipal; o Centro Integrado de Defesa Social – CIDS; os crimes violentos tiveram redução de 25%.

J)DIREITOS HUMANOS. Marília criou a Secretaria de Direitos Humanos e diversas coordenadorias setoriais; implantou cotas raciais no serviço público; criou uma série de políticas voltadas para as mulheres, negros(as) e homossexuais.

K)PARTICIPAÇÃO POPULAR. Marília implementou a participação popular; através do Orçamento Participativo, que garantiu 69 obras inauguradas e deixou outras 18 em andamento nas diversas regiões de Contagem; foram realizadas 39 conferências municipais em oito anos; foram criados e reativados diversos conselhos municipais.

L)SERVIDORES MUNICIPAIS. Marília implementou os concursos públicos para cargos efetivos e processos seletivos para cargos temporários; o número de servidores não concursados reduziu-se, em oito anos, de 8.956 para apenas 672; mesmo antes da proibição da Justiça a petista rompeu com o nepotismo; foram repostas todas as perdas salariais de 64,80% para servidores ativos e de 54,68% para aposentados e pensionistas; foi implantado o PCCV com manutenção dos quinquênios; foi implantado o vale alimentação para jornada de 8 horas de 180,00.

M)ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA PREFEITURA. Marília arrumou as finanças da Prefeitura com diversas medidas: a dívida municipal recuou, enquanto proporção da receita, de 125,5% para 46,5%; as receitas municipais tiveram um grande incremento de 161% para uma inflação de 50%, um ganho real em oito anos de 74%; as receitas próprias lideraram o crescimento das receitas, o que tornou Contagem menos dependente das transferências constitucionais; os gastos de pessoal foram mantidos dentro dos limites prudenciais da Lei Fiscal, e recuaram de 50,02% para 48,19%; com as finanças arrumadas, Contagem teve um grande projeto de desenvolvimento com investimentos, em valores atuais, de R\$ 1,280 bilhão, e, ainda, foram deixados acertados investimentos adicionais para os próximos governos da ordem de R\$ 600 milhões.

MARÍLIA DAS PRAÇAS E DE MUITAS COISAS MAIS. Alguns críticos da ex-prefeita Marília Campos, sem argumentos consistentes para questioná-la, chamam ela de “Marília das praças”. Esta crítica é um “tiro no pé”, pois trata-se, na verdade, de belo elogio a Marília, a primeira prefeita da história de Contagem, a primeira reeleita em períodos democráticos, que cuidou e humanizou, como nunca antes, a nossa querida Contagem. No final de seu governo, em 2012, Marília respondeu aos seus críticos: “Sou a Marília das praças, mas também a Marília das escolas infantis, da nova Maternidade, das casas populares, do saneamento básico, da geração de 70 mil empregos em Contagem”. Sou a Marília das Academias da Cidade, das novas Upas e UBS, do melhor salário pago em Minas aos professores, da arrumação das finanças

da Prefeitura, da pavimentação e urbanização dos bairros e vilas da periferia, dos grandes empreendimentos como o Shopping Contagem". Sou a Marília das grandes obras de trânsito, como a Tereza Cristina e o Túnel do Ressaca / Eldorado, dos concursos públicos e do fim do empreguismo na Prefeitura, do Caldeirão do Riacho", casa do Sada / Cruzeiro, do Orçamento Participativo, do Luzes de Natal, dos parques ecológicos e esportivos e da Guarda Municipal. Sou a Marília da luta contra todo tipo de discriminação, da emancipação das mulheres, da luta contra a homofobia, do programa Sem Limite, do cartão dos idosos e dos portadores de deficiência, das políticas de acessibilidade, do Cefet, das obras em áreas de risco, das praças da Glória, Tancredo Neves e da Jabuticaba".

5-CONTAGEM VAI ENFRENTAR MUITAS DIFICULDADES E SERÁ PRECISO A ADOÇÃO DE UM GOVERNO DE RECONSTRUÇÃO DA CIDADE

5-1-OS CENÁRIOS DA ELEIÇÃO MUDARAM MUITO COM A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E A CRISE ECONÔMICA.

O cenário político e econômico mudou muito para todos os municípios e também para Contagem. Até o ano passado, os diagnósticos de nossa cidade apontavam para uma situação financeira confortável do município e, mesmo com a perspectiva de o país crescer de forma moderada nos próximos anos, algo próximo a 2% ao ano, permitia uma próxima gestão com muitas possibilidades de realização de grandes obras e de avanço nas políticas públicas. Agora, com a pandemia do coronavírus e a crise econômica, a situação complicou demais em 2020, com perspectiva de uma recessão muito profunda, entre 5% e 10%. Com isso, já neste ano, a situação da Prefeitura vai piorar muito, com repercussões negativas nas despesas de pessoal, que ficarão muito pressionadas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal; na manutenção da máquina pública e redução forte dos investimentos em curso, porque muitos deles, ainda que realizados com empréstimos, dependem de contrapartida de receita própria da Prefeitura. Para 2021, na próxima administração municipal, teremos alguma retomada do crescimento econômico, pela simples retomada das atividades em todos os meses, mas a manutenção da austeridade fiscal por Bolsonaro e Paulo Guedes pode inibir a retomada econômica e deixar o Brasil em uma estagnação econômica, com baixo crescimento nos próximos anos.

5-2-POR QUE CONTAGEM TERÁ MENOS DIFICULDADES DE SUPERAR A CRISE EM COMPARAÇÃO COM OUTROS MUNICÍPIOS, SOBRETUDO MÉDIOS E GRANDES?

A situação de Contagem nos próximos anos vai depender muito da duração da pandemia do coronavírus e das medidas que serão tomadas pelo governo federal já neste ano: a) o tamanho da recessão neste ano, que depende da política econômica que será adotada; b) a ajuda que virá do governo federal em socorro aos estados e municípios podem eventualmente amenizar as perdas das receitas de Contagem neste ano e deixar uma herança menos negativa para o próximo ano; c) a continuidade dos repasses do governo do Estado para o município, especialmente dos repasses atrasados, conforme acordo realizado na Justiça; d) a política que será adotada pelo governo federal após a pandemia, que será mais do mesmo ou então uma política econômica mais desenvolvimentista, que repercutirá nas receitas de transferências e também nas receitas próprias do município. (...) Por que Contagem está mais preparada para enfrentar e sair da crise do que outros municípios: a) a Cidade tem uma economia bastante diversificada, com indústrias, comércio varejista, comércio atacadista, serviços, logística, não depende, portanto, de um único segmento econômico ou de uma

ou duas grandes empresas; b) Contagem conta com receitas de transferências ainda expressivas, como no caso do ICMS, com posição de destaque dentre os grandes municípios brasileiros; c) as receitas próprias do municípios são muito expressivas, ficando Contagem menos dependente das transferências constitucionais; d) Contagem tem um endividamento muito baixo (30% da receita na dívida consolidada e 12% da receita na dívida líquida), o que reduziu muito os juros e encargos da dívida, muito diferente de Minas Gerais, por exemplo, que tem dívida de 200% da receita; e) Com dívida municipal baixa, a cidade pode realizar grandes investimentos em diversas áreas através de empréstimos; f) os gastos de pessoal de 2019 foram de 44% da receita, o que inclui os gastos com ativos e também com aposentados e pensionistas, o que facilita o reenquadramento na Lei Fiscal caso a situação este ano se deteriore; além disso, apesar de ser de capitalização, a previdência municipal tem uma capitalização mais moderada no curto prazo.(...) Quando falamos que Contagem terá melhores condições de sair da crise não significa que isto acontecerá em curto prazo; o ajuste pode durar um, dois, três anos. O que dizemos é que os indicadores econômicos e financeiros de Contagem não têm grandes problemas estratégicos, teremos impactos conjunturais muito fortes, mas que poderão ser superados antes de outros municípios e estados que têm desequilíbrios estratégicos muito profundos, como o tamanho das dívidas; gastos de pessoal, de ativos e aposentados. muito acima dos limites da Lei Fiscal; pequena capacidade de investimentos.

5-3-OS ENORMES DESAFIOS PROGRAMÁTICOS E DE RECONSTRUÇÃO DE CONTAGEM DEPOIS DA PANDEMIA; LISTAMOS A SEGUIR ALGUMAS LINHAS PARA O DEBATE PROGRAMÁTICO.

Dentre os principais desafios programáticos indicamos os seguintes, sendo algumas destas indicações já fruto de debate na equipe de programa de governo: **a) Um governo de reconstrução da cidade.** No pós pandemia teremos possivelmente um crescimento econômico muito baixo, se mantida a atual política econômica, o que é mais provável; aumento forte do desemprego; enormes dificuldade de sobrevivência dos trabalhadores informais e dos micro e pequenos empresários; aumento da pobreza extrema. Neste cenário o município terá que adotar medidas de fortalecimento do SUS, garantia de renda e alimentação para a população mais pobre, e viabilizar os investimentos em obras para dar sua contribuição na geração de empregos; **b) gestão democrática e mais próxima da população.** Contagem tem um enorme déficit democrático. Esta é uma das principais razões do desgaste da administração municipal, tida como ausente, inoperante, distante, sem comprometimento com a cidade e com o povo, deixou a cidade abandonada, não conhece as necessidades do município e nem do povo; é preciso, portanto, uma administração democrática, transparente e próxima da população; **c) consolidação do financiamento da cidade,** com uma receita própria expressiva, para que Contagem fique menos dependente das transferências constitucionais; para isso é preciso ganhar o apoio de uma maioria expressiva da população para a

manutenção do IPTU residencial, com a correção de algumas distorções, um “IPTU mais justo”; **d) na saúde os desafios serão enormes:** com a pandemia, a saúde pública virou uma emergência dramática; será preciso melhorar todo o SUS com propostas que coloquem um fim na rotatividade de médicos na assistência básica; medidas para ampliar e desafogar o atendimento nas UPAS e no complexo hospitalar (hospital e maternidade); além de uma solução total ou parcial para as cirurgias eletivas e consultas especializadas; Contagem tem também o desafio de equacionar a questão da terceirização de toda as UPAS e do complexo hospitalar; e o reforço do financiamento do SUS depende de verbas federais, já que o município já gasta quase o dobro dos 15% para o SUS; **e) na educação são muito os desafios,** com a adoção de propostas consistentes que dêem projeção para Contagem nos cenários estadual e nacional; o atendimento da enorme demanda da educação infantil e a expansão das creches; o piso salarial dos professores, ainda que o município cumpra o piso proporcional previsto na lei; **f) na assistência social, de forma intersectorial,** é preciso reforçar programas que garantam renda e alimento para a população mais pobre; **g) finanças municipais: a pandemia e a crise econômica irão repercutir muito gravemente nas finanças municipais,** o que deverá, em um primeiro momento, reduzir ou estagnar a receita municipal, aumentar os gastos de pessoal, somente com os aumentos vegetativos, em relação à receita e é provável que os limites da lei fiscal sejam ultrapassados; a dívida municipal poderá ter uma grande ampliação, inclusive em dólares, se todos os empréstimos já acertados forem consumidos nas respectivas obras; em um segundo momento será preciso reequilibrar as finanças municipais; **h) os investimentos vinculados aos empréstimos são extremamente concentrados em mobilidade urbana;** são poucos os investimentos previstos em obras de grande urgência social de urbanização da periferia, como saneamento básico, pavimentação, habitação, e obras de requalificação urbana, como é o exemplo da reforma e reabertura do Parque Fernão Dias; **i) no desenvolvimento urbano será fundamental uma nova revisão do Plano Diretor,** com grande diálogo com a população, sobre a necessidade de retomar no todo ou parte da a área rural de Contagem, fundamental para reduzir os impactos da “horizontalização” da cidade e para preservar a lagoa de Várgem das Flores; **j) um desafio difícil de ser enfrentado se refere à previdência municipal,** que a Emenda Constitucional determina que seja de capitalização, sendo o passivo atuarial de Contagem de R\$ 10 bilhões, e a constituição de fundo, um “patrimônio dos trabalhadores” une dos ultraliberais até a esquerda dos sindicatos dos servidores; além disso tem a PEC paralela que prevê estender a reforma da previdência para servidores estaduais e municipais; será preciso liderar um debate de implementação de um modelo misto de previdência: fundo financeiro até o teto do INSS e previdência complementar acima deste valor, como no caso do governo federal, e proibição de que os recursos dos fundos sejam transferidos para os tesouros ficando disponíveis para abater despesas ao longo dos anos; **k) um grande desafio será uma profunda reforma administrativa.** A proposta é a redução muito importante do

número de secretarias da Prefeitura, menos por razões de ajuste fiscal e mais para viabilizar secretarias mais amplas com capacidade de coordenação de áreas inteiras da Prefeitura; **l) uma gestão austera comprometida com a qualidade do gasto público**; é preciso uma avaliação permanente da qualidade do gasto público, não para a política tradicional de austeridade fiscal, de redução do gasto público, mas, inversamente, para direcionar o expandir os gastos públicos onde eles são mais necessários; **m) vale dizer também que Minas Gerais não solucionou a sua situação fiscal**; a moratória da dívida não resolverá nada já que o Estado já está em moratória desde 2017, devido a uma liminar do STF; essa situação poderá impactar nas finanças municipais com novos atrasos nos repasses e/ou o não cumprimento pelo Estado do parcelamento de dívida da gestão anterior; **n) mais cultura e lazer para a população**. A política cultural, além da importância que tem como direito social, em Contagem visa também garantir mais identidade para que nos tornemos uma cidade mais autônoma e menos uma “cidade satélite” de Belo Horizonte.



MINHA HISTÓRIA

Formado em economia pela PUC Minas, José Prata Araujo é especialista em direitos sociais, especialmente em previdência social. Foi militante sindical bancário e dirigente do Sindicato dos Bancários de BH e Região por três gestões. Assessora atualmente sindicatos de servidores públicos, a exemplo do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância de Minas Gerais – SERJUSMIG. Suas publicações – livros, cartilhas, boletins, cadernos -, editadas comercialmente ou com cessão gratuita dos direitos autorais para movimentos sociais, alcançaram 1 milhão de exemplares nos últimos 20 anos. José Prata mantém, ainda, o blogdojoseprata, que tem diversas entidades sindicais e mandatos parlamentares como parceiros.

Livros de sua autoria sobre direitos sociais, política e economia: Previdência Social: diagnóstico e propostas (1996), Manual dos direitos sociais da população (1998), Um retrato do Brasil – balanço do governo Lula (2006), Guia dos direitos sociais (2010), O Brasil de Lula e o de FHC (2010). Cartilhas populares: Guia dos direitos previdenciários dos servidores públicos (seis edições), Manual dos direitos dos segurados do INSS (cinco edições), Guia dos direitos do povo (três edições). Editou, mais recentemente, diversas cartilhas sobre a Emenda Constitucional 95/2016, reforma trabalhista, reforma da Previdência, fundos de previdência dos servidores, diagnóstico de Minas Gerais, programa de governo de Bolsonaro / Paulo Guedes e quatro cartilhas sobre diversos aspectos da reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019).

José Prata ★

BLOG

ESPECIALIZADO EM
PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SEGURADOS DO INSS
E SERVIDORES PÚBLICOS

WWW.BLOGDOJOSEPRATA.COM.BR